

## **Economia da Cultura: Como sobrevivem financeiramente as organizações culturais do M'Boi?**

*Equipe: Fernando Burgos, Anny Karine de Medeiros, Laura Angelica Moreira Silva, Elias Junior Santos e Wellison Freire Bezerra da Silva*

A Estação de Pesquisa M'Boi é um espaço de diálogo constante entre coletivos, organizações, moradores, pesquisadores e demais atores que criam uma rede de oportunidades de pesquisa e de aproximação. Entre 2016 e 2018 o Eixo Economia da Cultura conversou com pessoas e organizações da região com o intuito de compreender a relação destas pessoas com cultura, tendo como foco principal entender as múltiplas estratégias de sobrevivência financeira das organizações presentes no território e os efeitos econômicos gerados por elas.

Em termos gerais, podemos dizer que, assim como está descrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, as políticas e ações culturais são uma forma de viabilizar e garantir o direito à cultura. As manifestações culturais possuem caráter simbólico, transversal e polissêmico e também podem ser instrumento para alcançar determinados objetivos sociais, como apropriação e ressignificação do espaço público, diminuição de violência, atendimento de crianças e adolescentes excluídos socialmente ou melhoria da qualidade de vida de moradores, dentre outros. No caso de grandes centros urbanos, a cultura tem um papel muito importante na geração de trabalho e renda para milhares de pessoas. Sem dúvida alguma, afirmamos que as organizações culturais têm um papel fundamental no cotidiano das cidades e dos cidadãos.

Durante esse período de pesquisa com as organizações culturais do M'Boi, pudemos constatar dois aspectos sobre a sustentabilidade financeira delas: (a) o papel fundamental que políticas públicas desempenham ou desempenharam na garantia e ampliação das atividades realizadas; e (b) as múltiplas estratégias de financiamento das atividades que cada organização desenvolve no seu dia a dia.

Em relação ao papel das políticas públicas, nos últimos anos, editais de fomento à cultura colaboraram para que organizações culturais conseguissem desempenhar suas atividades. Tal

repassse ocorreu por meio de programas federais, estaduais e municipais. Mas com a atual crise econômica brasileira, o recurso disponível por meio dessa ferramenta de fomento foi reduzido. No artigo “Orçamento Público Municipal da Cultura: Função, Subfunção ou Sem-Função?” publicado por parte da nossa equipe e que está disponível on-line<sup>1</sup>, mostramos que a cultura está absolutamente “desprotegida” nesse momento, diferentemente de outras áreas como saúde, educação e assistência social, que possuem patamares mínimos de gastos constitucionalmente definidos e/ou sistemas nacionais de políticas públicas historicamente estruturados.

No artigo, analisamos os dados orçamentários em relação à cultura nos dez maiores municípios da Região Metropolitana de São Paulo, de 2008 até 2016. Para cada município, buscamos dados sobre o que se esperava gastar na função cultura e o que efetivamente foi gasto por meio da variável liquidação. O objetivo foi descrever o comportamento orçamentário no setor cultural e a capacidade das prefeituras em questão para manter o orçamento planejado e liquidá-lo da forma como se espera. Os resultados municipais variam muito, mas analisando o comportamento específico do município de São Paulo, temos dois períodos distintos. Entre 2008 e 2013, com exceção do ano de 2011, houve quedas sucessivas na dotação orçamentária da cultura em termos reais. Neste primeiro período, a redução entre 2008 e 2013 foi de 28,8%. Já entre 2013 e 2016, houve um aumento real de 39,4% na previsão orçamentária da cultura.

Infelizmente, nos últimos anos a crise econômica se agravou e isso tem impactado todas as áreas de políticas públicas. Ainda que o impacto possa ser aparentemente menor em termos de dotação orçamentária, ela afeta o cotidiano das organizações culturais de outra forma, segundo os(as) entrevistados(as): com o atraso no repasse de recursos. O chamado “contingenciamento” de recursos afeta (e muito) o planejamento das atividades. Assim, após a felicidade por ter sido selecionada em um edital, a organização passa a conviver com a angústia gerada pela incerteza de quando esse recurso público efetivamente será liberado. O planejamento das organizações – que envolve professores(as) contratados(as), oficinas e eventos programados, fornecedores escolhidos, público beneficiário selecionado e outros aspectos – passa a ficar em suspenso por essa incerteza.

---

<sup>1</sup> O artigo está disponível para leitura e download gratuito em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/75426>

É nesse ponto que chegamos ao segundo aspecto que constatamos no período de pesquisa: as nossas entrevistas com organizações culturais da região mostram que a partir do cenário de restrição orçamentária, é perceptível uma busca por múltiplas estratégias de sobrevivência. A frase “a falta de dinheiro não pode bloquear a cultura” é um dos argumentos utilizados pelos coletivos de cultura para explicar como ocorrem as estratégias de sobrevivência. A motivação de seguir com os trabalhos realizados, mesmo frente à dificuldade de financiamento e o escopo inicialmente pensado reduzido, tem gerado a busca diferentes formas de sobrevivência financeira, que incluem financiamentos privados e adoção de novas estratégias como a venda de serviços ou produtos culturais. Foi possível observar que algumas organizações mudaram inclusive o rumo organizacional a fim de se profissionalizar e melhor se adaptar ao campo. Com isso, artistas de formação passaram a ser captadores de recursos, “gerentes de marketing” e “relações públicas” das organizações, além de agentes culturais.

Como forma de registrar os caminhos encontrados, o Eixo Economia da Cultura promoveu um momento de diálogo entre os atores locais e pesquisadores no dia 18 de março de 2019, na sede da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. O Seminário “Economia da Cultura: Aprendizados a partir da Zona Sul de São Paulo” teve por objetivo apresentar os aprendizados obtidos pela pesquisa e gerar um debate entre diferentes grupos para compreender todas as conexões estabelecidas e identificadas.

O Seminário foi organizado a partir de três mesas. O tema da primeira mesa foi “Políticas Culturais em áreas periféricas”, que teve o intuito de trazer um panorama geral dos desafios e avanços nos últimos anos e debater as diferentes conceituações de Economia da Cultura e a importância da continuidade das políticas culturais nos próximos anos. A segunda mesa discutiu as estratégias de financiamento das organizações e os participantes compartilharam suas aprendizagens sobre os financiamentos público e privado, reflexões sobre a dificuldade na captação desses recursos e quais soluções e inovações poderiam ser pensadas dentro desse tema. A terceira e última mesa debateu os efeitos que as organizações culturais estabelecem na região de M’Boi Mirim, quando foram relatadas histórias de coletivos e de indivíduos que obtiveram financiamentos para a cultura, com o intuito de promover uma reflexão sobre quais foram os impactos para as áreas e pessoas que tiveram contato com as atividades culturais realizadas.

A abordagem do Seminário foi a busca por responder um questionamento constante durante toda a pesquisa: quais as estratégias de atuação dos coletivos culturais frente à constante

escassez ou despriorização de recursos para políticas culturais? As falas ressaltaram uma preocupação comum: a busca de caminhos para manutenção das ações culturais nas regiões periféricas. Tanto o setor público quanto o terceiro setor e os agentes privados de cultura que vivem na Zona Sul de São Paulo ressaltaram os caminhos em torno da busca por certa estabilidade nas políticas e ações. O poder executivo municipal, representado pelo Secretário Municipal de Cultura de São Paulo, Alexandre Youssef, apontou para a manutenção de padrões já reconhecidos de financiamento, como por exemplo, os editais anuais de financiamento de projetos culturais, além da constante busca pela continuidade da política, independente da troca do gestor ou do legislador. Já os agentes e organizações culturais buscam manter a capacidade de articular proposições e projetos junto ao poder público e iniciativa privada, para promover ações que garantam o direito à cultura para a população e oportunidades de trabalho e renda para os(as) profissionais envolvidos(as).

Os debates do Seminário foram transformados em capítulos do livro “Economia da Cultura em Áreas Periféricas: Aprendizados e Reflexões” que será lançado em julho de 2019. No livro, apontamos que o debate em torno desses questionamentos não gera uma resposta única, mas apresenta as possíveis saídas encontradas pelos atores que produzem cultura independentemente do contexto. Os três anos de pesquisa na região de M’Boi destacaram um cenário de preocupação com a continuidade das ações, dado que o histórico de descontinuidade das políticas públicas de fomento cultural – principais incentivadoras dos coletivos locais – coloca em risco a manutenção de tais coletivos. Contudo, mostrou também a enorme força de vontade de indivíduos e organizações para seguir produzindo e disseminando a cultura e o grande impacto que essas atividades geram para o território do M’Boi Mirim.